



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

Alves

***CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 29 DE
JANEIRO DE 2018***

DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

- ORÇAMENTO -----
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2018/2021 -----

---- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **39.945.500,00€** (Trinta e nove milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos euros). -----

---- O **Senhor Presidente** solicitou a presença na sala do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que procedeu a uma breve apresentação sobre os principais pontos dos documentos em causa. -----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PROPOSTOS E REMETÊ-LOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO CITADO ANEXO I. -----

---- Os **Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e João Miguel Caldeira Heitor**, apresentaram a declaração de voto, que se passa a transcrever: "Os vereadores do PS reconhecem que o curto período do executivo PSD-CDS à frente da gestão do municipal foi utilizado para a concretização dos projetos deixados pelo anterior executivo, sem que tenham desenhado um projeto próprio e diferente daquele a que se opuseram para 2017. -----

---- Todavia ficamos apreensivos pela mensagem do Sr. Presidente que, refletindo ausência estratégica, evidencia, paralelamente, a consciência de que o período do combate político e as inviáveis promessas eleitorais efetuadas pelo PPD/PSD e pelo CDS-PP não coincidem com a realidade. Até porque este Orçamento para 2018 contempla as obras e os projetos apresentados pelo executivo PS, sem inovações ou alterações substantivas. -----

---- É igualmente contraditório que aqueles (vereadores Luís Albuquerque e Maria Isabel Costa) em 2016 tenham utilizado expressões de forte censura ao Orçamento para 2017, tais como: "*os senhores não devem andar neste mundo*", sejam os mesmos que em 2018, nas funções de presidente e vereadora, optem agora por apresentar um documento em muito semelhante àquele que obteve de V. Exas., enquanto oposição, severas observações críticas e depreciativas. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

---- Nessa altura chamaram a atenção para a inscrição de Proveitos que teriam tenras hipóteses de concretização. Porém, agora propõem valores muito próximos daqueles e consideram-nos como “infalíveis”. Na época, acusaram a inscrição de Despesas que serviriam apenas para manobras eleitoralistas. Porém, agora, Despesas semelhantes já são consideradas “estratégicas”.-----

---- Apresentam-nos, portanto, um Orçamento que, como já referimos, está em concordância com os orçamentos apresentados pelo anterior executivo. Nesse sentido e acreditando que seguiram a máxima de que *“aquilo que está certo não se mexe pois pode dar errado”*, os vereadores eleitos pelo PS concordam com o Orçamento apresentado, votando-o favoravelmente.-----

---- Um voto favorável, visto contemplar a inscrição do que de positivo foi feito anteriormente, ainda que nestes primeiros meses tenhamos assistido a uma torrente revogatória de projetos que, precipitadamente, este executivo preconizou e que aqui já retoma, face ao valor e à importância estratégica dos mesmos para o nosso concelho. Ainda que estejam a *“emendar a mão”*, incluindo-os neste Orçamento, o seu desenvolvimento, em algumas situações pode estar condicionado face às oportunidades perdidas, como no caso da desistência do projeto de requalificação da Avenida Papa João XXIII, em Fátima que contava com um apoio do governo no valor de 800.000€.-----

---- Tal como nas nossas finanças pessoais, temos que fazer opções. O dinheiro não dá para tudo. E são essas opções que, por vezes com muito custo, têm que ser tomadas na execução de um Orçamento. Hoje esse trabalho é-vos facilitado, pois foram criadas condições que possibilitam a realização de um Orçamento que não obriga a priorizar compromissos anteriores. O trabalho realizado nos últimos anos permite agora pôr em prática um Orçamento que continua a olhar para o futuro sem ter que suportar um ónus vindo do passado que poderia inviabilizar as respostas para as necessidades do concelho.-----

---- A recuperação financeira das contas preconizada pelo anterior executivo do PS não foi só uma bandeira eleitoral. A recuperação foi real e facilmente demonstrável nos documentos oficiais da Câmara. No período de Gestão do anterior executivo, o Passivo Exigível diminuiu cerca de 65%, resultado conseguido numa conjuntura particularmente difícil, com o país a ser intervencionado pela Troika.-----

---- No entanto, esta recuperação financeira permite-nos hoje pôr em prática aquilo que anteriormente era muito difícil de concretizar, assim como a execução de muitas obras indispensáveis para o concelho. Para além do desanúvio de um pesado fardo que se chama “Passivo”, hoje o Município recuperou em muito a sua capacidade de endividamento, estando longe de alcançar o limite previsto na Lei 73/2013.-----

---- No que concerne a esta questão de Endividamento, estamos também em concordância com o presente Orçamento, na medida em que ele próprio se apresenta conservador na



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

Alves

abordagem a qualquer aumento de endividamento, prevendo, aliás, a continuidade estratégica de baixar o Passivo, como ação contínua dos últimos dois mandatos.-----

---- O Orçamento para o corrente ano é de 39,945 M€, o que representa um acréscimo de 872 m€ em relação ao de 2017. -----

---- Por força da dissolução da Ourémviva haverá um impacto nas contas da Câmara para internalizar colaboradores e serviços. Este valor já quantificado quanto aos colaboradores (1,440 M€, ao que acresce 190 m€ caso não se constitua a nova empresa municipal), será de mais difícil quantificação no que se refere aos restantes valores. Calculamos que o valor do impacto total deverá situar-se nos 2 M€. Expurgando este valor do Orçamento, concluímos que o seu valor seria de aproximadamente, 38 M€, o que representa neste cenário, e perante um elevado conjunto de obras estruturantes herdadas do anterior executivo com financiamentos comunitários, apenas 1 M€ abaixo do “irrealista” Orçamento de 2017, como os vereadores do PPD/PSD e do CDS-PP na época o apelidaram. -----

---- Desta forma e atendendo a que a proposta de Orçamento para 2018 está em linha com aquilo que o PS tinha delineado para um Orçamento exequível; atendendo a que parte significativa da nossa estratégia está aí inscrita; atendendo a que o Orçamento prevê a manutenção do equilíbrio estrutural das contas municipais, aproveitando o bom trabalho de recuperação financeira encetada ao longo dos últimos anos e o saldo de gerência deixado pelo último executivo; atendendo a que não prevê também o aumento do endividamento, mas sim uma redução do mesmo, conforme a estratégia financeira que tem sido levado a cabo, os vereadores do Partido Socialista, tendo em conta a estratégia que foi implementada pelo anterior executivo e que este tão bem segue e aproveita, não pode deixar de se congratular com as decisões tomadas pelo atual executivo e aprovar o Orçamento de 2018. -----

---- Contudo, chamamos a atenção para algumas questões que são estruturais para o nosso concelho e que o Município deve ponderar, tais como:-----

- Voltar rapidamente às negociações com a Infraestruturas de Portugal, admitir o erro e a precipitação de nestes 3 meses já terem abandonado o projeto e retomar a requalificação da Av. Papa João XXIII em Fatima;-----

- Concluir o processo de instalação do novo quartel de Bombeiros de Fátima no terreno escolhido pelo anterior executivo, sob pena de se inviabilizar a construção do mesmo; -----

- Rever o calendário e as fases de requalificação da Av. D. Nuno Alvares Pereira, visto terem anunciado a segunda fase sem que a primeira esteja concluída, o que está a tornar insustentável a circulação do tráfego.-----

---- Concluindo: os vereadores do partido socialista, contrariando a tradição, votam favoravelmente o orçamento e GOP’s na medida em que estes documentos vão ao encontro de uma boa parte dos projetos e da gestão socialista, mas alertam este executivo para a necessidade de manter o foco na sua operacionalização, a bem do desenvolvimento do concelho de Ourém e do bem estar de todos os ourienses.”-----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Câmara Municipal

---- Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, que esclareceu algumas expressões utilizadas na declaração de voto supra transcrita, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, nomeadamente: -----

- *“os Senhores não devem andar neste mundo”* – Referiu que tal expressão foi proferida, aquando da votação dos Documentos Previsionais de 2017, considerando que a receita daquele documento se encontrava empolada, porquanto previa, de forma utópica, a transferência de verbas por parte de entidades como o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., entre outras, obrigando-os a votar, à data, desfavoravelmente;-----
- *“torrente revogatória”* – Clarificou que efetivamente têm sido revogadas várias deliberações, tomadas pelo anterior executivo socialista, uma vez que as mesmas padeciam de ilegalidade, com a qual não compactuam, como por exemplo a ausência de enquadramento orçamental e de fundos disponíveis;-----
- *“desistência do projeto de requalificação da Avenida Papa João XXIII, em Fátima, que contava com um apoio do governo, no valor de 800.000€”* – Reportou que, para esta intervenção o Município não tem qualquer acordo firmado com o Governo, que garanta aquele apoio financeiro. Para além disso, entende que aquele valor está muito aquém do investimento necessário para a requalificação da referida via;-----
- *“recuperação financeira das contas (...) foi real e facilmente demonstrável nos documentos oficiais”* – Refutou que a recuperação financeira se deveu ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que aliás será mantida mesmo que, decorrente da própria Lei do Orçamento de Estado, ela possa ser suspensa;-----
- *“concluir o processo de instalação do novo quartel de Bombeiros de Fátima no terreno escolhido pelo anterior executivo”* – Esclareceu que o local escolhido pelo anterior executivo para a construção do novo Quartel dos Bombeiros de Fátima, é atravessado por uma linha de água e que os proprietários das parcelas de terreno não aceitaram os valores propostos, pelo que o local de implantação desse projeto terá que ser revisto;-----
- *“rever o calendário e as fases de requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira”* – Informou de que em breve apresentará relatório sobre a obra, custos e financiamento e de que tem sido feito, junto da entidade gestora do financiamento, um esforço acrescido a fim de corrigir e alcançar o maior volume de participação, uma vez que no passado alertaram o então presidente, que o processo não estava devidamente instruído e que, eventualmente, originaria a ausência de financiamento ou a sua redução, sendo esta última a situação atual. -----

----- *Divisão de Atendimento ao Múncipe do Município de Ourém, 01 de fevereiro de 2018.* -----

----- *A Chefe da Divisão,*

Clara